

ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE CONSUMIDORES DA COCEL – 18/01/2024

Aos 18 dias do mês de janeiro de 2024, nas dependências da COCEL, reuniram-se os seguintes membros do Conselho de Consumidores: Sr. Luiz Antonio Chiquitti (Titular da Classe Industrial); Sr. José Henrique Torres (Suplente da Classe Industrial); Sr. Hugo Ruthes (Titular da Classe Rural), Sr. Valdir Biernaski (Suplente da Classe Rural); Sra. Aline Vieira dos Anjos (Suplente da Classe Poder Público); Sr. Antonio de Andrade (Titular da Classe Comercial), Sr. Marcelo Miguel Brolhani (Suplente da Classe Comercial); Sr. José Maria Mendes Soares (Titular da Classe Residencial); Sra. Priscila Mezzadri Bassani (Titular representante do Procon), Sra. Paola Cozzolino (Suplente representante do Procon); Sra. Bárbara Lunardon (Secretária Executiva Titular) e, como convidado, Sr. José Arlindo Lemos Chemin (presidente da Cocel).

O Sr. Ruthes iniciou a reunião solicitando os pareceres dos conselheiros sobre a adesão à Frente Nacional dos Consumidores de Energia (FNCE). O convite foi recebido originalmente via Conselho de Consumidores da CEMIG e posteriormente diretamente por representantes da FNCE, que responderam (via e-mail) algumas dúvidas relacionadas à atuação da organização – questionamentos enviados pela Sra. Lunardon, a pedido dos conselheiros. A secretária apresentou as respostas recebidas e o site oficial da FNCE (consumidoresenergia.org), onde constam informações sobre as entidades que compõem, currículo dos responsáveis, objetivos, conteúdo informativo relacionado ao setor elétrico, entre outras informações.

O Sr. Andrade considerou que a FNCE atua politicamente para apresentar suas demandas e buscar os resultados almejados, o que seria de grande importância para alcançar mudanças efetivas. O conselheiro destacou ainda a importância da união de esforços entre instituições para que o consumidor seja ouvido, pois ganha mais representatividade. Após analisar todas as informações disponíveis, os conselheiros decidiram acompanhar por mais um período o trabalho realizado pela FNCE para depois decidir sobre a adesão.

Em seguida, os conselheiros apresentaram a prévia do relatório de ações realizadas durante o ano de 2023, que deve ser enviado à ANEEL até o final de janeiro. Conforme solicitado pelo Sr. Ruthes, o documento será revisado por todos os membros e as eventuais considerações devem ser enviadas às secretárias até 24/01. A versão final será aprovada pelo Sr. Ruthes até 25/01 e o envio à ANEEL será providenciado pelas secretárias.

Dando continuidade à reunião, o Sr. Soares solicitou esclarecimentos sobre moradores do interior, que residem em municípios vizinhos e são atendidos pela Cocel e sobre a utilização de serviços públicos (como escolas, serviços de saúde) destes cidadãos em Campo Largo. A secretária informou que existe a possibilidade de atendimento a título precário de consumidores que não pertençam à área de concessão de determinada Companhia, quando for mais viável técnica ou financeiramente o atendimento pela concessionária “vizinha” que pela responsável por aquela área de concessão - desde que a concessionária responsável autorize. Ou seja, existem unidades atendidas pela Cocel nos municípios que fazem divisa com Campo Largo (como Campo Magro e Itaperuçu), por ser mais viável para a Cocel realizar este atendimento por questões técnicas – e não para a Copel, que tem a concessão para distribuir energia em Campo Magro

e Itaperuçu. Assim como ocorre o inverso - há moradores de Campo Largo atendidos pela Copel. O endereço que consta nas faturas informa o local onde está instalada a unidade.

Quanto ao acesso aos serviços do município, que podem ser vinculados à apresentação de comprovante de endereço, a secretária informou que a Cotel não tem qualquer interferência – como regra geral, os cidadãos devem buscar os serviços nos municípios onde efetivamente residam. A secretária informou que a Companhia realizou atualização cadastral das unidades localizadas em outros municípios em 2023, utilizando as coordenadas do mapa atualizado de Campo Largo como referência, e relatou que até o momento não foram identificadas inconsistências. Caso seja confirmado algum erro de cadastro, será prontamente corrigido. Após as explicações recebidas, o Sr. Soares declarou que buscará informações complementares junto aos moradores do interior, para considerações.

A segunda parte da reunião contou com a participação do diretor presidente da Cotel, que apresentou um resumo das principais ações realizadas durante o ano de 2023, metas para 2024, e respondeu questionamentos dos conselheiros. O Sr. Chemin destacou a redução das tarifas de energia, que em 2023 tornou a tarifa aplicada pela Cotel a menor de todo o país. O diretor lembrou a grande diferença que há alguns anos era verificada entre as tarifas da Cotel e da Copel - diferença que foi sendo reduzida até a posição se inverter. Atualmente todas as tarifas da Cotel são menores que as da Copel. Ele credita esta conquista principalmente à mudança no modelo de compra de energia, que passou a ser realizada por meio de leilões em 2019.

O Sr. Chemin informou que a Companhia busca alguns ajustes na gestão, para que os custos que são gerenciáveis fiquem dentro dos limites estipulados pela ANEEL no cálculo da tarifa. Conforme explicado pelo diretor, se o valor gasto nos custos gerenciáveis for maior que o previsto em tarifa, o que seria o lucro da Companhia passa a ser utilizado para pagar despesas – impossibilitando investimentos. Visando esta adequação, o Sr. Chemin informa que está em execução o Programa de Demissão Voluntária (PDV) – que teve a adesão de 15 colaboradores, e que o desligamento destes colaboradores representará economia - pois em alguns casos não serão realizadas novas contratações (o trabalho será remanejado e absorvido por outros colaboradores), e em outras o trabalho será terceirizado. De acordo com o relato, o custo do trabalho terceirizado é menor.

A expectativa do Sr. Chemin é que a conclusão do PDV proporcione redução de 30% no valor final da folha de pagamento e que o valor investido pela Companhia no Programa seja recuperado em aproximadamente dezoito meses. Além do PDV, o Sr. Chemin destacou que o desligamento dos colaboradores de estatais é, desde 2022, compulsório quando se aposentam. Tendo em vista estas duas situações, o diretor conta com uma grande renovação da equipe. Ele informou que estão sendo tomadas providências para que o trabalho de leitura seja integralmente terceirizado e para que os leituristas da Companhia recebam treinamento para atuar como auxiliares de eletricitistas.

O Sr. Chemin afirmou que a Companhia trabalha para alcançar cada vez mais eficiência no atendimento aos consumidores e, em sua percepção, os mesmos problemas que já ocorriam (relacionados às

interrupções no fornecimento de energia) atualmente ganham uma maior dimensão, uma vez que os consumidores têm cada vez mais acesso aos canais de atendimento e às mídias para reclamar.

O Sr. Chemin informou que está em fase de definição do projeto técnico do Projeto de Eficiência Energética (PEE) que consiste na instalação de painéis fotovoltaicos para geração da energia utilizada pela Unidade de Pronto Atendimento (UPA) do município. O diretor relatou que foi firmado compromisso com a Prefeitura para que os valores que serão economizados em energia pelo Município sejam investidos na aquisição de medicamentos para a Farmácia Especial.

O Sr. Chemin também informou que está sendo realizada pela Cotel a substituição de duas mil luminárias led, mas que as próximas etapas de substituições serão realizadas diretamente pela Prefeitura – a Cotel fará apenas a manutenção. O diretor informou que a Prefeitura deverá comprar luminárias led para todo o município e também fará a instalação, contemplando também o interior, com previsão de execução até o final de 2024.

Como considerações finais da apresentação, o Sr. Chemin afirmou que a Cotel está financeiramente equilibrada e que atualmente a cobrança das equipes é maior que no passado. Em seguida, o diretor se colocou à disposição para responder perguntas dos conselheiros. O Sr. Ruthes pediu a opinião do Sr. Chemin sobre projeto de lei que regulamenta prazo de 45 dias para as prefeituras se manifestarem em casos de pedidos de poda de vegetação, quando avisados por cidadãos ou pelas concessionárias. O diretor respondeu que não teve oportunidade de analisar a proposta de lei, e afirmou que em Campo Largo a Cotel é ágil na realização de podas, quando necessário.

O Sr. Ruthes também pediu a opinião do diretor sobre a próxima gestão da Cotel, tendo em vista a realização de eleições municipais. À questão, o Sr. Chemin respondeu que o mandato dele como presidente encerra em 2024 e não poderá ser renovado, devido ao Estatuto da Companhia, independentemente do resultado das eleições, e que espera que os novos gestores deem continuidade ao trabalho com responsabilidade.

Em seguida, o Sr. Xavier questionou o diretor sobre a continuidade do projeto de construção de uma nova Subestação de 138 kV no Bom Jesus. O Sr. Chemin respondeu que no momento o projeto está descartado, por considerar financeiramente inviável para a Companhia, tendo em vista o custo estimado de R\$ 30 milhões.

Finalizadas as perguntas, o Sr. Chemin agradeceu pela oportunidade de participar da reunião e também pelo trabalho realizado pelos conselheiros durante todo o ano, além de desejar um próspero 2024 a todos. O Sr. Ruthes agradeceu a presença do Sr. Chemin e fez o convite para que o diretor participe novamente de uma reunião, para tratar de questões que serão apresentadas previamente pelos conselheiros.

Não havendo mais assuntos a tratar, a reunião foi encerrada e lavrada a presente ata, a qual vai assinada por todos os presentes.

Presidente: Hugo Ruthes

Membros: Luiz Antonio Chiquitti
José Henrique Torres Xavier
Valdir Biernaski
Aline Vieira dos Anjos
Antonio de Andrade
Marcelo Miguel Brolhani
José Maria Mendes Soares
Priscila Mezzadri Bassani
Paola Cozzolino

Secretária executiva: Bárbara Lunardon

